

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Câbles: AU, ADDIS ABABA
SC12477

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quinta Sessão Ordinária
20 – 24 de Junho de 2014
Malabo, Guiné Equatorial

EX.CL/836(XXV)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 7ª REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DA CONFERÊNCIA
DA UA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS E DA
CONFERÊNCIA DA CEA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS,
PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, ABUJA,
NIGÉRIA, 27 – 30 DE MARÇO DE 2014**

Introdução

1. A Sétima Reunião Anual Conjunta da Conferência da União Africana (UA) dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico foi realizada em Abuja, Nigéria, a 29 e 30 de Março de 2014. O tema da Conferência foi *Industrialização para o Desenvolvimento Inclusivo e Transformador em África*. A Conferência debateu igualmente questões específicas, entre as quais constavam o resultado da “Reunião Extraordinária de Peritos da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças” e do “Mecanismo Proposto sobre as Fontes Alternativas de Financiamento para a União Africana”.

2. O presente relatório apresenta, na Secção A, a lista de presenças, enquanto a Secção B apresenta o resultado das consultas sobre a eleição da Mesa da Conferência. A agenda e o programa de trabalho, conforme adoptados, são apresentados na Secção C. As deliberações sobre o tema da Conferência estão resumidas na Secção D, que termina com o resultado dos debates sobre o relatório e as principais recomendações da reunião do Comité de Peritos que antecedeu o segmento ministerial, bem como a Declaração e Resoluções Ministeriais. Os debates sobre as Fontes Alternativas de Financiamento para a União Africana são apresentados na Secção E.

A. Participação

3. Participaram na reunião, representantes dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Comores, Congo, Côte d’Ivoire, República Democrática do Congo, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Togo, Tunísia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

4. Estiveram igualmente representadas as seguintes Comunidades Económicas Regionais: Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade da África Oriental (EAC), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e União do Magrebe Árabe (UMA).

5. Estiveram ainda presentes na reunião os órgãos das Nações Unidas e agências especializadas: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura; Organização Internacional do Trabalho; Fundo Monetário Internacional; Organização Marítima Internacional; Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA; Gabinete do Assessor Especial para a África; Escritório das Comissões Regionais de Nova Iorque; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental; Comissão Económica para América Latina e

Caraíbas; Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projectos; Fundo das Nações Unidas para a População; Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento; Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas; Escritório das Nações Unidas junto da União Africana; Escritório das Nações Unidas sobre o Controlo de Drogas e Criminalidade; Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Entidade das Nações Unidas para a Igualdade do Género e a Capacitação da Mulher (ONU-Mulher); Banco Mundial; Programa Alimentar Mundial; Organização Mundial da Saúde; Organização Mundial de Propriedade Intelectual; e Organização Meteorológica Mundial.

6. Estiveram ainda representados os seguintes Estados-membros das Nações Unidas: Austrália, França, Suíça e Estados Unidos da América.

7. Estiveram igualmente presentes o Banco Africano de Desenvolvimento; Nova Parceria para o Desenvolvimento de África; Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África; Fundo Monetário Internacional; Banco dos Estados da África Central (BEAC); Banco Central da Nigéria (CBN); Banco Central da República da Guiné (BCRG); Banco Mundial; e União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

8. Estiveram presentes observadores das seguintes organizações: Fundação Africana de Reforço das Capacidades; Centro Africano de Aplicação Meteorológica para o Desenvolvimento; *Africa Health*; Desenvolvimento Humano e Social (Afri-Dev); *Action Aid International*; *Gavi Alliance*; União Postal Pan-africana; Liga dos Estados Árabes; *African Monitor*; Pesquisa Africana da População e Saúde; Capacidade Africana de Risco; Fórum Africano e Rede sobre a Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD); Rede da África Oriental de Impostos e Governação; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Desenvolvimento Agrícola Africano; Agência Namibiana de Estatística; Organização Internacional da Francofonia (OIF); OXFAM Internacional; *Pharmaceutical Manufacturers Group*; *Save the Children Internacional*; Universidade de Stellenbosch; Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID); *Zenith Bank*; Câmara de Comércio e Indústria Pan-Africana; e *Africa Business Round Table*.

B. Eleição da Mesa

9. A Mesa da Conferência foi composta da seguinte forma:

Presidente:	Nigéria
Primeiro Vice-Presidente:	Mauritânia
Segundo Vice-Presidente:	Malawi
Terceiro Vice-Presidente:	Guiné Equatorial
Relator:	República Unida da Tanzânia

C. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

10. A Conferência adoptou a seguinte agenda:

1. Abertura da reunião;
2. Eleição da Mesa e adopção da agenda e do programa de trabalho;
3. Descrição geral dos últimos desenvolvimentos económicos e sociais em África;
4. Avaliação dos progressos alcançados na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015;
5. Avaliação dos progressos alcançados em matéria de integração regional em África;
6. Apresentação e debate sobre o tema da Conferência *“Industrialização para o desenvolvimento inclusivo e transformador em África”*;
7. Apresentação e debate sobre a nova iniciativa continental para o género e desenvolvimento;
8. Índice de Integração Regional Africana;
9. Apresentação e debate sobre o relatório relativo à cooperação Sul-Sul e triangular em apoio à agenda africana de desenvolvimento pós-2015;
10. Debate sobre *O Custo da Fome em África: Impacto social e económico da subnutrição infantil no Egipto, Etiópia, Suazilândia, e Uganda*;
11. Apresentação das questões estatutárias;
12. Diversos;
13. Análise e Adopção do Projecto de Relatório do Comité de Peritos e dos Projectos de Resoluções;
14. Encerramento da Reunião.

D. Procedimentos

Abertura da Conferência

11. A Conferência foi oficialmente aberta por S.E. Sr. Goodluck Ebele Jonathan, Presidente da República Federal da Nigéria, que proferiu o discurso principal sobre o tema da Conferência. Foram proferidos discursos de abertura por S.E. Sr. Albert Mabri Toikeusse, Presidente da Mesa Cessante da Conferência e Ministro da Planificação e Desenvolvimento da Côte d'Ivoire; Pierre Moscovici, Ministro da Economia e Finanças, de França, S.E. Dr. Carlos Lopes, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para África e S.E. Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana (CUA). S.E. Dra. Ellen Johnson Sirleaf, Presidente da República da Libéria, apresentou igualmente a *“Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”*.

12. No seu discurso principal, S.E. Sr. Goodluck Ebele Jonathan, Presidente da República Federal da Nigéria, deu calorosamente boas-vindas a todos os participantes. Afirmou que o tema da Conferência *“Industrialização para o Desenvolvimento inclusivo e Transformador de África”* é de especial relevância para África. Na Nigéria,

particularmente, corresponde com a **Agenda de Transformação**, um programa em curso de renovação nacional. Afirmou que a transformação estrutural das economias africanas deve continuar a ser uma prioridade central. Para a diminuição da pobreza, a industrialização deve ser a chave para a transformação. Observou que as economias de África percorreram um longo caminho desde os difíceis e desafiadores anos 1980 e 1990. Dentro desse período, a maioria das economias confrontaram-se com elevadas dívidas externas e sobrecarregados pela inflação. O crescimento global do PIB das economias africanas foi baixo, em torno de 2% por ano.

13. Observou que o continente ultrapassou as dificuldades. De facto, na última década, as economias africanas têm crescido a uma taxa média de cerca de 5% por ano, e essa taxa representa quase o dobro da taxa de crescimento da economia global. De igual modo incentivador, o continente foi a segunda região do mundo com crescimento mais rápido, depois do Sudeste Asiático.

14. Referiu que, como o tema desta conferência destaca, há necessidade de se concentrar na industrialização como a espinha dorsal da nossa transformação estrutural. O impacto dos sectores industriais para o crescimento e desenvolvimento económico da Coreia, Taiwan, Malásia e Brasil, foram destacados como relevante, nesse contexto.

15. Sublinhou que os planos de industrialização de África não irão arrancar até que as infra-estruturas sejam estabelecidas. Observou que todo o continente africano produz actualmente apenas 2% da produção mundial de electricidade. Para as infra-estruturas de transportes, as ligações rodoviárias entre as cidades africanas nem sempre estão em melhores condições; e as ligações de transportes entre os países devem igualmente ser muito melhoradas.

16. Concluiu destacando que a industrialização de África deve continuar a ser o nosso foco nos próximos anos. Partilhou a sua confiança de que teremos sucesso, caso os líderes no governo e no sector privado, trabalhem em conjunto para este objectivo comum.

17. Por sua vez, a Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, deu calorosamente as boas-vindas aos participantes e manifestou a sua sincera gratidão ao Governo e ao povo da República Federal da Nigéria pela hospitalidade concedida a todas as delegações desde a sua chegada à Abuja. Mencionou que o tema da conferência iria abordar três questões cruciais para o futuro de África: nomeadamente, industrialização, Mobilização de Recursos Internos e Instituições Financeiras e Monetárias africanas para a integração.

18. Lembrou que, há catorze anos, durante os debates que levaram à Declaração do Milénio e Objectivos de Desenvolvimento, o continente foi considerado como o “Desafio de Desenvolvimento do Século XXI” e uma cicatriz na consciência da humanidade. Catorze anos depois, África é a região do mundo com o segundo crescimento mais rápido, e abriga seis das economias que mais crescem no mundo. Assim, África fez a transição de ser o Desafio de Desenvolvimento do Século XXI, para ser a oportunidade de desenvolvimento do Século XXI.

19. Lembrou igualmente que há um ano, a Conferência realizada em Abidjan decidiu que a necessidade de industrialização é o senso comum e que África deve “conceber um quadro global de desenvolvimento industrial que seja inclusivo e transformador para acelerar e aprofundar a agregação de valor da produção local, vínculos entre o sector de produtos de base e outros sectores da economia.” Afirmou que os debates durante a conferência devem fazer avançar esse senso comum cada vez mais, e avaliar a consolidação de iniciativas e sectores nascentes de industrialização. Instou a Conferência que ao proceder desta forma, devem olhar para os sectores do agro-processamento em todos os países para o cacau, café e outros produtos agrícolas na Côte d’Ivoire, Gana e Etiópia; nos sectores das TIC no Ruanda e Quênia; nas indústrias têxtil e da moda nas regiões da África Ocidental, Central e Austral; no turismo e nas economias azuis do Senegal e Seychelles, Maurícias e Madagáscar; na indústria da pesca no Golfo da Guiné; no trabalho feito por instituições como a Comissão Florestal da África Central (COMIFAC) sobre a política florestal.

20. Afirmou que esta avaliação, deve igualmente verificar as melhores práticas em termos de instrumentos de política industrial e de comércio – como a exigência de conteúdo local que o Gana introduziu nas suas indústrias de petróleo e gás; os requisitos de política monetária para a industrialização e crescimento discutido pelos Governadores dos Bancos Centrais de África; as actividades dos nossos vários conselhos nacionais de exportação e promoção de investimentos; a implementação da Visão Africana de Mineração, e o impacto das nossas parcerias comerciais na industrialização e comércio intra-africano.

21. A Presidente concluiu as suas observações, reconhecendo o papel desempenhado pela Ministra da Coordenação da Economia e Ministra das Finanças da República Federal da Nigéria, Dra Ngozi Okonjo-Iweala e pelo Presidente Cessante, o Ministro da Economia e Finanças da Côte d’Ivoire, o Sr. Albert Mabri Toikeusse. Agradeceu igualmente os Peritos e Autoridades, que de forma diligente prepararam a Conferência e agradeceu o Director Executivo da Agência da NEPAD, Dr. Mayaki e desejou sucesso nas deliberações da Conferência.

Debates sobre o Tema da Conferência

22. A Conferência debateu o tema em torno de um Diálogo de Políticas Ministerial sobre o tema e três sessões plenárias: (a) “Inovação e transferência de tecnologia para a melhoria da produtividade e da competitividade”; (b) “Capacitação e instituições para o desenvolvimento industrial: o papel dos sectores público e privado”; e (c) “Industrialização para o crescimento inclusivo e a criação de emprego”.

a) Diálogo de Políticas Ministerial sobre o tema da Conferência, “Industrialização para o desenvolvimento inclusivo e transformador em África”

23. O Diálogo de Políticas Ministerial sobre o tema da Conferência foi moderado pelo Sr. Omar Ben Yedder, Editor do Grupo e Director da *IC Publications*.

24. O Sr. Carlos Lopes, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da ECA, lembrou que os esforços da década de 1970, à luz da industrialização não eram maus, mas não sustentáveis, como foi visto nos choques do petróleo e atitude estática para a produção. Acrescentou que o que era diferente na busca da industrialização em África hoje, foi o aumento do consumo interno, um ambiente económico mais atractivo, indicadores positivos nas economias e África a ser vista pelo resto do mundo como um pólo de crescimento.

25. O Sr. Lopes indicou ainda que África tem a vantagem potencial de entrar na cadeia de valor global caso aplique as escolhas políticas certas. Tendo em conta que o mercado global é um ambiente muito competitivo, África deve ser flexível, inovadora e sofisticada para tirar proveito das suas oportunidades. Indicou ainda haver exemplos de zonas económicas especiais e ambientes regulamentares de forma a fazer com que se concretizem os aspectos pretendidos. Os debates sobre integração regional são frequentemente discutidos, mas há necessidade de líderes, cidades, portos, um país específicos, etc., dependendo da cadeia de produção envolvida no processo. Enfatizou igualmente a necessidade de haver centros de inovação ou capacidade tecnológica a nível continental. Considerou igualmente o caso de certas áreas ou regiões a serem o foco do investimento em todo o continente, impulsionando o resto do continente, que é igualmente necessário na área do dividendo demográfico.

26. Acrescentou que a história mostrou que nenhum país tinha-se industrializado sem um grau de protecção. A necessidade dos países africanos negociar melhor nas negociações comerciais na compreensão de toda a cadeia e implicações, a fim de cessar todas as oportunidades, proporcionando políticas de apoio. Apontou o facto da vantagem comparativa de África estar na sua determinação política e não nos recursos naturais.

27. Sua Excelência Sr. Abdoulaye Balde, Ministro do Planificação do Senegal enfatizou que não há país que pode se desenvolver sem exportar bens manufacturados. Afirmou que, para África se industrializar, há necessidade de desenvolver certos sectores para exportação, incluindo a montagem de veículos, o sector têxtil etc., dentro de uma zona franca industrial. Observou que seria necessária formação e capacitação para desenvolver o sector da produção. Afirmou igualmente haver a necessidade de sensibilização dos líderes para entender melhor os vínculos entre a industrialização e a transformação e desenvolvimento estrutural.

28. O Sr. Li Yong, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Director Geral da Organização das Nações Unidas de Desenvolvimento Industrial (ONUDI) enfatizou a necessidade de energia como muito importante e relacionado com a industrialização e que abrange uma ampla gama de questões. Indicou que a ONUDI está a trabalhar no

desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, que é um novo mandato para a assistência da organização para os seus Estados-membros. Reiterou que a industrialização é a espinha dorsal para a transformação de qualquer economia. Recordou que a “Agenda 2063 de Desenvolvimento” da União Africana, é igualmente baseada na questão da industrialização. Enfatizou a relação entre as alterações climáticas, a industrialização e a energia. Há igualmente a necessidade de gerar riqueza, renda e emprego.

29. A Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra da Coordenação da Economia e Ministra das Finanças da Nigéria, afirmou que os países da Europa tiveram mais de duzentos anos de evolução e fortalecimento e África não teve esse tempo. Referiu que os maiores países em África devem desempenhar um papel na condução dos projectos de integração regional, porque possuem a base de consumidores. Enfatizou a necessidade de fortalecer o ambiente macroeconómico e político para garantir a industrialização efectiva. Observou que África estabilizou, de certo modo, e afirmou que a Nigéria está conscientemente a tomar as medidas necessárias para industrializar. Nesse sentido, o governo está a criar um ambiente propício para o desenvolvimento das PME. Além disso, o governo está a implementar uma política de substituição de importações e produção para exportação.

30. S.E. Dr. Alcides Safeca, Secretário de Estado do Orçamento do Ministério das Finanças de Angola, delineou a formulação da política industrial de Angola. Afirmou que foi impulsionada pela reabilitação de infra-estruturas que eram necessárias após anos de guerra. Observou que os défices de energia são enormes e que está em fase de construção de uma estação de energia hidroeléctrica que irá ajudar a desenvolver o sector industrial. Ressaltou a necessidade de oferecer incentivos às PME, incluindo a melhoria das condições de financiamento, garantia de empréstimos, linhas de crédito, etc. Informou que Angola está a tentar diversificar para além das indústrias petrolíferas e metalúrgicas.

Debate

31. Nos debates que se seguiram, os participantes à conferência destacaram que a industrialização de África deve ser baseada em áreas em que o continente tem vantagem comparativa. Para a industrialização de forma eficaz, há necessidade de: centros de transporte e logística nas regiões, num esforço para aumentar a competitividade; políticas inteligentes que envolvem o sector privado; vinculação da educação e formação para atender os principais requisitos em termos de capacidade institucional nos recursos humanos.

Recomendações

- Os países devem manter parcerias público-privadas na formulação e implementação de políticas;
- Acelerar a integração regional, em particular no desenvolvimento de infra-estruturas;
- Desenvolver o capital humano para garantir a inclusão.

b) Inovação e transferência de tecnologia para o aumento da produtividade e competitividade

32. A sessão sobre “Inovação e transferência de tecnologia para a melhoria da produtividade e competitividade”, foi moderada pela Sra. Yvonne Okwara, Apresentadora Sênior e Produtora de Conteúdos de Televisão da KTN.

33. O Sr. Justin Yifu Lin, Decano Honorário da Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim, afirmou que a diferença de infra-estruturas em África deve ser colmatada pelo Estado. Afirmou igualmente que seria necessário criar e localizar um ambiente de negócios viável, que é o segredo das economias asiáticas. Ressaltou a necessidade do Estado envolver-se na extensão tecnológica para os agricultores no sentido de garantir maior produtividade e competitividade.

34. O Sr. Bashir Yuguda, Ministro da Comissão Nacional de Planificação da Nigéria observou que fazendo uso da tecnologia é o caminho certo para o desenvolvimento. No entanto os países africanos devem mudar a maneira com que lidam com as tecnologias, movendo-se da visão de curto prazo para uma visão de longo prazo, mas devem igualmente investir colectivamente na pesquisa e inovação. Na Nigéria, por exemplo, a cadeia de valor da mandioca foi desenvolvida através do uso da tecnologia. A tecnologia foi igualmente empregada no desenvolvimento de sementes de alto padrão para muitos cereais.

35. O Sr. Michel Sidibe, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Director Executivo da ONUSIDA, indicou que a redução da dependência da ajuda pública ao desenvolvimento é vital para o desenvolvimento de África. Observou que isso poderia ser alcançado por meio do aumento da produção local, utilizando diferentes plataformas, como a nova plataforma da UA, que cria centros de excelência que vão ajudar a produzir no continente medicamentos para o VIH e SIDA. Foi igualmente destacada a importância da garantia dos direitos de patente de africanos.

36. A Sra. Mariam Nour, Ministra da Economia, Planificação e Cooperação Internacional do Chade, sublinhou a necessidade de fazer investimentos cuidados na agricultura e no desenvolvimento de tecnologias simples para produzir o que precisamos. Enfatizou a importância da integração regional para o desenvolvimento dos sectores da saúde e educação no continente. A transferência de tecnologia deverá beneficiar África caso seja feita de maneira sustentável, nomeadamente quando acontece em sectores onde os países têm vantagem competitiva. Por isso, a transferência de tecnologias nos países africanos deve ocorrer nos sectores intensivos em recursos, mas igualmente nas indústrias de trabalho intensivo. No entanto, isso deve ser feito de tal forma a criar e proteger os empregos, a fim de fazer a transferência de tecnologia contribuir para o crescimento inclusivo. Isso deverá exigir que os países africanos invistam na formação dos jovens africanos em tecnologias e matemática e a enfrentar os desafios relacionados com a falta de ênfase adequada na pesquisa. Concluiu apelando à participação do sector privado na cooperação Sul-Sul para a criação de emprego.

37. O Sr. Donald Kaberuka, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, destacou a falta de investigação adequada no continente. No entanto, ressaltou haver um grande potencial e que este deve ser aproveitado. Observou haver alguns africanos que estão a desenvolver tecnologias que podem ser patenteadas, mas não solicitam as patentes. Solicitou aos governos e ao sector privado a trabalhar em conjunto para garantir que as tecnologias desenvolvidas pelos africanos sejam patenteadas.

38. O Sr. Pravin Gordhan, Ministro das Finanças da África do Sul, afirmou que o desenvolvimento de energias renováveis e espaciais são necessárias para África se desenvolver. Solicitou que a CUA e a CEA realizem o trabalho de base para a criação de um banco de conhecimentos para a troca de experiências.

Debate

39. Durante os debates que se seguiram, alguns países partilharam as suas iniciativas nacionais, como o sistema de subsídios no Egipto, que abrange quase 80 por cento da população a dedicar um quarto do orçamento para os subsídios. O debate destacou ser muito importante uma visão de longo prazo e é uma questão de mandato político e, caso todos os países africanos adoptem a Agenda 2063, irá criar competitividade entre os países africanos para o seu desempenho efectivo. Isso requer vontade política e atribuição de recursos adequados.

Recomendações

- Necessidade de converter a Agenda 2063 de África em planos de médio prazo de cinco anos, de modo a torná-lo exequível e tornar as nações responsáveis;
- Necessidade de criar instituições mais colaborativas a nível nacional;
- Vontade política e atribuição adequada de recursos;
- Promover a investigação e transferência de tecnologia;
- O Estado, o sector privado e as organizações não-governamentais devem colaborar;
- Pragmatismo no espírito de experimentação;

c) *Reforço das Capacidades e das instituições para o desenvolvimento industrial: o papel dos sectores público e privado*

40. A Sra. Madeleine Mukamabano, Jornalista, moderou a sessão sobre Capacidade e instituições para o desenvolvimento industrial: o papel dos sectores público e privado.

41. Os membros do painel discutiram a falta de capacidade das instituições em África e a necessidade urgente de criar capacidades das instituições; a necessidade de mudar a mentalidade em relação ao protecçãoismo e abertura e a necessidade de um certo grau de protecçãoismo e a certeza de que os produtos africanos sejam competitivos, tanto em termos de qualidade como de preços; os desafios que África enfrenta, nomeadamente o dumping de produtos do exterior que superlotam os mercados africanos e a necessidade dos governos africanos considerarem políticas antidumping; o

papel que o sector privado deve desempenhar na industrialização e a necessidade do governo colocar em prática políticas mais consistentes e coerentes que atraiam o sector privado.

42. O Dr. Khaled Hanafi, Ministro do Aprovisionamento e Comércio Interno da República do Egipto, destacou o envolvimento do sector privado no processo de industrialização. Neste sentido, a elaboração do orçamento do governo deve incluir componentes financeiros que dão sinais para o sector privado que o governo é mais favorável à industrialização. Indicou a necessidade de tornar os objectivos do sector privado consistentes aos objectivos do governo. Observou que o processo de industrialização mudou da gestão de um processo de produção de A à Z para a gestão da cadeia de todo o processo de fornecimento de como trabalhar com grupos empresariais para alcançar níveis de integração a montante e a jusante, que é chamado de aprofundamento industrial. O processo está na busca de recursos, bem como na busca de mercados, residindo toda a ideia na gestão de insumos e mercados e como acumular o valor acrescentado ao longo da cadeia de abastecimento; e a gestão da cadeia de valor e da cadeia de abastecimento canalizada para a produção a ser orientada para um determinado mercado.

43. A Sra. Sarah Alade, Governadora Interina do Banco Central da Nigéria, por sua vez observou que a interacção entre o sector privado e público deve ser baseada na confiança; transparência e prestação de contas. Destacou igualmente a necessidade da credibilidade e pôr em prática políticas consistentes, independentemente da mudança de governos. Destacou ainda a necessidade do desenvolvimento de capacidades, com o compromisso político de execução. Afirmou que a intervenção do Estado no investimento no capital humano é importante e não deve ser deixada nas mãos do sector privado. Recordou igualmente o quadro de debate da recente reunião do Grupo de Governadores das Instituições Financeiras Internacionais sobre a necessidade de reexaminar cuidadosamente o mandato dos Bancos Centrais, que por enquanto é a estabilidade de preços e a estabilidade financeira. Reiterou igualmente o facto de antes da globalização, os bancos centrais dos países desenvolvidos terem estado envolvidos no processo de industrialização; Assim, o actual mandato dos Bancos Centrais Africanos não traria o impulso para a industrialização de África. Solicitou o envolvimento dos bancos centrais, para que possam desempenhar um papel de apoio à nossa agenda de industrialização. Enfatizou a necessidade de reorientar e reconstruir os bancos públicos e instituições financeiras de desenvolvimento abandonados, para financiamento de projectos industriais. Finalmente, observou que a intervenção do Estado seria necessária ao invés de esperar pelos bancos comerciais privados.

44. Por sua vez, o Sr. Admassu Tadesse, Presidente do Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (PTA Bank), observou ser necessária credibilidade e coerência política. Acrescentou que é claro que a industrialização tem estado ausente das políticas da maioria dos países africanos. É necessária a criação de instituições na área da indústria, associações empresariais e mecanismos financeiros para apoiar o valor acrescentado do desenvolvimento. Referiu ainda que, embora o desenvolvimento e fortalecimento das instituições financeiras sejam importantes, a questão que iria surgir seria a respeito de que as instituições financeiras seriam

reforçadas, de modo a dar resposta a este novo impulso. É necessário o reforço institucional na área do comércio e ligações, mas igualmente noutros ministérios, como o da Justiça, que lidam igualmente com a execução dos contratos, a facilidade de fazer negócios, a credibilidade dos contratos, etc.

45. Destacou a importância do financiamento, bem como o tipo de financiamento em todo o processo de industrialização. O financiamento de projectos industriais requer capital de risco, ao invés de capital normal que se obtém dos bancos comerciais. Há necessidade de fundos de capital de risco para abordar a questão de impulsionar a industrialização. Esse grande impulso não seria concretizado com o financiamento normal, daí, a questão; os governos e parceiros africanos podem criar esse tipo de mecanismo. Reiterou que a importância dos bancos de desenvolvimento no processo de industrialização não pode ser subestimada.

46. Por sua vez, S.E. Sr. Patrick Chinamasa, Ministro das Finanças do Zimbabwe, salientou a necessidade de parcerias com o sector público-privado, bem como os desafios do acesso ao capital e tecnologias a preços acessíveis. Afirmou ser necessária a participação local para sustentar a industrialização, na área da apropriação, participação e gestão, para encorajar os fluxos de IDE. Mencionou igualmente o facto das populações de África não receberem um volume suficiente de capital para a industrialização, devido ao facto de na maioria dos países africanos, os bancos de poupança exigem depósitos à vista e há necessidade de conceber um financiamento de longo prazo, como um fundo soberano. Por isso, a necessidade de abordar o défice de financiamento na busca pela industrialização em África.

47. Por sua vez, o Dr. Ibrahim Mayaki, Director Executivo da NEPAD, observou que não houve economia emergente ou desenvolvida que testemunhou o processo de desenvolvimento sem uma medida de protecção. Acrescentou igualmente que, no contexto de África, há necessidade de aumentar a capacidade de competitividade dos blocos regionais e que não há qualquer solução nacional que seja a solução ideal. As soluções são ideias a nível regional. No entanto, afirmou que em relação à sua declaração anterior sobre a industrialização na zona do franco CFA, se fosse hoje, seria extremamente difícil, tendo em conta que a moeda ter sido indexada ao Euro. Observou no entanto, que a CEDEAO está em fase de criação de uma zona monetária, que é um trabalho em curso. Mencionou ainda que a industrialização em África é uma questão política, que exige uma concepção estratégica da liderança da qual resulta a especialização para implementação.

Debate

48. Durante o debate subsequente os participantes indicaram que o sector privado deve estar envolvido a todos os níveis de promoção da industrialização. O debate destacou que as instituições são fundamentais para a industrialização e o governo deve desempenhar um papel importante no reforço das capacidades e na consolidação dos ganhos obtidos e garantia da sustentabilidade. Foi indicado que a maior parte do investimento do sector privado em África não está alinhado à visão de industrialização, e, o sector privado está mais envolvido em negócios lucrativos ao invés da fabricação, e,

portanto, o Estado tem um papel importante em influenciar a estrutura do sector privado a se envolver mais na fabricação. O apoio financeiro é igualmente importante para apoiar o desenvolvimento industrial em África.

Recomendação

- O governo deve desempenhar um papel importante no reforço da capacidade das instituições para garantir as necessidades de ambos os sectores, público e privado;
- A vontade política é fundamental para promover a industrialização e deve haver uma liderança que seja orientada para o sector privado;
- Necessidade de identificar promotores para conduzir a industrialização;
- É essencial a existência de uma comunidade de prática da parceria público-privada;
- É muito importante o engajamento dos bancos centrais, o desenvolvimento de bancos nacionais de desenvolvimento e a criação de fundos especiais para o financiamento das PME;
- Protecção dos mercados.

d) Industrialização para o crescimento inclusivo e a criação de emprego

49. O Sr. Assane Diop, Apresentador da “Afrique Press TV5”, moderou a sessão sobre o tema “Industrialização para o crescimento inclusivo e Criação de Emprego”, que foi presidida por S.E. Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra da Coordenação da Economia e Ministra das Finanças da República Federal da Nigéria.

50. Nas suas observações preliminares, a Dra. Ngozi apresentou uma breve visão geral do desenvolvimento em África. Destacou que África é a economia que mais se desenvolve no mundo, as taxas de inflação caíram, os programas de privatização foram melhorados e os mercados financeiros foram aprofundados. No entanto, África ainda está atrasada no que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento humano, como a criação de emprego, saúde e protecção social. Destacou igualmente que há necessidade de criar uma protecção social sustentável, investimento e partilha de conhecimentos dentro de África e a cooperação entre os países africanos. Além disso os africanos devem sustentar a crescente história africana, fazendo avançar a industrialização.

51. A Dra. Ngozi identificou as principais questões a serem abordados, tais como: por que e como é que África deve transformar o seu desenvolvimento? Por que é importante criar postos de trabalho nas economias africanas, à luz do facto do desemprego da juventude ser superior a 30 por cento num número significativo de países africanos? Voltou a enfatizar a necessidade de procurar formas e meios para criar postos de trabalho e ser igualmente capaz de transformar as matérias-primas, a fim de agregar valor aos produtos.

52. Indicou que, para transformar as matérias-primas, há necessidade de considerar as economias de escala e a eficiência que pode ser alcançada observando as sub-regiões e todo o continente para entender como o continente poderia industrializar as

suas economias. Indicou igualmente a necessidade de fortalecer o comércio intra-africano e considerar o que poderiam ser os factores críticos de sucesso ou impulsionadores para a industrialização e crescimento inclusivo. Sobre a questão da inclusão destacou, em especial, a necessidade de serem criadas redes e instrumentos especiais de protecção ou de segurança social para aqueles que não podem ter os atributos de habilidades para tirar proveito de uma economia em crescimento, além da criação de postos de trabalho e a que custo, e quão sustentável seriam. Este modelo de protecção social deve funcionar e ser financeiramente sustentável para África.

Debate

53. O debate que se seguiu, destacou a importância da formação para proporcionar as competências exigidas pelo mercado de trabalho e gestão de informações de desenvolvimento. Os participantes indicaram a importância de considerar os sectores emergentes como a economia verde e azul e a sua ligação com o desenvolvimento. Foi igualmente enfatizada a importância de investir nas infra-estruturas de energia, a fim de promover a industrialização de África.

Recomendações

- Reforma dos sistemas de educação a fim de garantir que as competências adquiridas respondam à demanda exigida;
- Capacitação das instituições estatísticas de modo que possam gerir as informações de desenvolvimento de forma eficiente;
- Necessidade de elaboração de políticas e estratégias favoráveis ao trabalho, que são fundamentais para a industrialização;
- Necessidade de integrar os mais desfavorecidos na cadeia de valor;
- Colocar em prática políticas adequadas tendentes a promover o comércio intra-africano e a ZCLC;
- Formalizar o sector informal e desenvolver a sua capacidade.

E. Sessão Especial: Mecanismo Proposto sobre as Fontes Alternativas de Financiamento

Apresentação

54. A Presidente da CUA apresentou o relatório do Painel de Alto Nível sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana. Fez um resumo da visão geral das duas fontes de financiamento para os orçamentos da União Africana (Orçamento Operacional, Orçamento de Programas e das Operações de Paz e Segurança). Indicou que o Orçamento de Programas, de Paz e Segurança e do pessoal em regime de contrato de curta duração, são financiados pelos doadores. Além disso, ressaltou que alguns dos programas que são bastante cruciais para o desenvolvimento de África, como o comércio e a indústria, não são do interesse dos doadores e estes apoiam apenas os programas que são do seu interesse. Para colmatar a lacuna de financiamento, o Painel de Alto Nível, presidido por S.E. Obasanjo, ex-Presidente da República Federal da Nigéria, apresentou uma série de opções depois de consultas e apresentou o relatório à

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Maio de 2013. A Cimeira aprovou, em princípio, duas opções (10,00 \$EU de imposto nos bilhetes de passagem aérea de África para destinos fora de África ou do exterior para África; e 2,00 \$EU de taxa de hospitalidade por estadia num hotel ao invés do imposto sobre o turismo) e recomendou que seja organizada uma Conferência dos Ministros das Finanças e Planificação Económica para analisar as propostas de financiamento e as modalidades de implementação das diferentes opções propostas, incluindo a exploração do aumento das contribuições estatutárias e outras propostas adicionais dos Estados-membros.

Debate

55. Durante os debates que se seguiram a maioria dos países concordou, em princípio, em assumir a responsabilidade de financiar a UA. No entanto, das opções apresentadas, alguns países apresentaram reservas e afirmaram ser necessário analisar profundamente as opções. Uma das reservas é a dupla tributação de voos internacionais, uma vez que alguns países já se comprometeram com a Aliança Global para Vacinas e Imunizações, a fim de lutar contra o VIH/SIDA, Tuberculose e Malária, promovendo o imposto sobre os bilhetes de passagem aérea. A outra reserva é em relação a ambas opções afectarem os países de forma diferente, uma vez que em alguns países a economia é fortemente dependente no turismo de hotéis e o imposto sobre os bilhetes de passagem aérea internacionais afecta igualmente a competitividade das indústrias das companhias aéreas.

56. Os países propuseram igualmente algumas opções, tais como o aumento das contribuições estatutárias, de acordo com o tamanho da economia e considerando outros sectores, como as exportações e remessas. Os países levantaram igualmente algumas questões, como a receita estimada de uma das duas opções, os programas que serão apoiados, modo de recolha, data de implementação, modalidades de implementação e mais opções alternativas. Em conclusão, foi decidida a criação de um Grupo de Trabalho Ministerial, sob a liderança da Comissão da União Africana, com o apoio técnico da Comissão Económica das Nações Unidas para África e composta pelos seguintes países: Argélia, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Guiné, Quénia, Líbia, Maurícias, Níger, Nigéria, Ruanda, Sierra Leone, África do Sul e Tunísia.

Recomendações

- O Grupo de Trabalho Ministerial deve analisar os objectivos orçamentais da UA durante os próximos 3 anos, incluindo o orçamento de paz e segurança e elaborar uma modalidade de implementação com base nas duas opções adoptadas no Relatório do Painel de Alto Nível e novas opções adicionais;
- O Grupo de Trabalho Ministerial deve apresentar um projecto de relatório à consideração dos Ministros das Finanças à margem do Fórum Económico Mundial, que terá lugar de 7 a 9 de Maio de 2014, em Abuja, Nigéria;
- O relatório do Grupo de Trabalho Ministerial será apresentado à próxima Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Junho de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial.

Análise do Relatório do Comité de Peritos

57. Os Ministros adoptaram o Relatório da Reunião do Comité de Peritos e as catorze resoluções em anexo. O relatório da reunião do Comité de Peritos e a Declaração Ministerial constam em anexas ao presente relatório.

F. Relatório de actividades do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos

58. O Presidente Mbeki, ex-Presidente da República da África do Sul, apresentou o Relatório de Actividades do Painel de Alto Nível sobre os Fluxos Financeiros Ilícitos. Na sua apresentação, fez um resumo dos Termos de Referência concedidos ao Painel de Alto Nível e apresentou o Relatório de Actividades. Na sua Apresentação afirmou a interacção do Painel de Alto Nível com os diferentes intervenientes, incluindo a OCDE, Banco Mundial, Parlamento Europeu, etc.

59. Os membros do painel indicaram que África deve tomar as medidas necessárias para deter os fluxos financeiros ilícitos provenientes de África e o continente africano deve assumir uma Posição Comum Africana sobre os fluxos financeiros ilícitos. Destacaram que os maiores prejudicados são os países com débeis tratados fiscais.

Debate

60. Durante o debate que se seguiu, foi indicado que caso África tome as medidas certas para fazer face aos fluxos financeiros ilícitos, poderá financiar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, sem o apoio de doadores.

Recomendações

- Os países africanos devem tomar medidas para negociar tratados de dupla tributação;
- Há necessidade de um forte compromisso no sentido de trabalhar em conjunto para a partilha de inteligência financeira para conter paraísos fiscais.

Sessão de Encerramento

61. As observações finais foram feitas por S.E. Sr. Erastus Mwencha, Vice-Presidente da CUA, S.E. Sr. Carlos Lopes, Secretário Executivo da ECA e S.E. Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra da Coordenação da Economia e Ministra das Finanças da Nigéria.

62. O Sr. Mwencha destacou a necessidade da definição de políticas industriais credíveis e coerentes em África, num esforço para apoiar o desenvolvimento industrial. Afirmou que os Ministros identificaram a vontade política e o conceito de um estado de desenvolvimento para desenvolver as PME e atrair investimentos para a industrialização e exortaram aos governos a desempenharem um papel importante na promoção de ambos. Enfatizou igualmente a importância das Fontes Alternativas de Financiamento

para a União Africana para a implementação dos programas de desenvolvimento do continente. Concluiu o seu discurso agradecendo à Ministra Okonjo-Iweala e ao Sr. Lopes pela parceria e paixão por uma África emergente forte.

63. Por sua vez, o Sr. Carlos Lopes afirmou que a Conferência é histórica na medida que atraiu mais participantes e Altos Funcionários do que qualquer outra. Agradeceu às Mesas, futura e cessante, e aos peritos que de forma diligente prepararam a Conferência dos Ministros. Agradeceu ainda à imprensa, que esteve presente em grande número, e pela transmissão dos trabalhos da Conferência para todo o mundo. Agradeceu aos intérpretes e tradutores e às equipas da CEA e da UA, pelo trabalho árduo empreendido a serviço da Conferência. Agradeceu igualmente ao governo nigeriano pela sua contribuição para a Conferência. Em conclusão, observou que este foi um ano de debater os objectivos de desenvolvimento pós-2015, os objectivos de desenvolvimento de África e a Agenda 2063 de África.

64. A Presidente da Mesa da Conferência, Dra. Okonjo-Iweala agradeceu a todos por honrar o seu convite para participar na reunião. Afirmou que foram tomadas resoluções concretas durante a Conferência e que devem ser tomadas medidas para implementá-las. Agradeceu aos Membros da Mesa pelo seu apoio ao longo da Conferência e referiu estar ansiosa em trabalhar com eles durante o ano. Manifestou ainda a sua gratidão ao Banco Central da Nigéria, pela sua contribuição para as despesas de realização da reunião. No encerramento, desejou uma boa viagem a todos e declarou a Conferência oficialmente encerrada.

EX.CL/836 (XXV)
Anexo

DECLARAÇÃO MINISTERIAL



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

**COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA ÁFRICA**

*Quadragésima Sétima Sessão da Comissão
Económica para África*



**COMISSÃO DA UNIÃO
AFRICANA**

*Nona Sessão da Conferência dos
Ministros Africanos da Economia
e Finanças*

**Sétima Reunião Anual Conjunta da Conferência
da CEA dos Ministros Africanos das Finanças,
Planificação e Desenvolvimento Económico e
da Conferência da UA dos Ministros da
Economia e Finanças**



Distr.: Limitada

E/ECA/CM/47/L

AU/CAMEF/MIN/Res(IX)

30 de Março de 2014

Abuja, Nigéria

29 e 30 de Março de 2014

Original: Inglês

Declaração Ministerial

Nós, os ministros africanos das finanças, planificação e desenvolvimento económico, reunidos em Abuja, Nigéria, nos dias 29 e 30 de Março de 2014, para a Sétima Reunião Anual Conjunta da Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico e da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças;

Saudando a presença e participação do Presidente da República Federal da Nigéria, Sua Excelência Sr. Goodluck Ebele Jonathan, da Presidente da República da Libéria, Sua Excelência Dra. Ellen Johnson Sirleaf, do antigo Presidente da República da África do Sul, Sr. Thabo Mbeki, do Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas, Sr. Jan Eliason, dos ministros do comércio e indústria, dos governadores dos nossos bancos centrais nacionais e regionais e de outros altos dignitários e convidados especiais,

Declaramos, portanto:

1. Deliberamos sobre o tema “Industrialização para o desenvolvimento inclusivo e transformador em África”, um assunto que tem vindo a ganhar uma nova dinâmica devido ao reconhecimento renovado do seu potencial, papel e importância na aceleração e manutenção do crescimento e emergência de África. Debatesmos o tema com a convicção comum de que a industrialização é um dos caminhos mais viáveis para o crescimento e desenvolvimento gerador de emprego, bem como um pré-requisito de base fundamental para a transformação estrutural do continente. Os nossos debates tiveram como base as principais mensagens que emanaram da Sexta Reunião Anual Conjunta, realizada em Abidjan, Côte d’Ivoire, em Março de 2013.
2. Registamos que, apesar da taxa de crescimento de África ter abrandado de 5,7 por cento em 2012 para cerca de 4,0 por cento em 2013, é ainda quase duas vezes superior à média mundial. Verificamos igualmente com satisfação que o sucesso de crescimento vivido em 2013, registou-se tanto nos países ricos como nos menos ricos em termos de recursos naturais. Enaltecemos esse registo de sucesso, embora existam ainda desafios e reafirmamos o nosso compromisso na busca das reformas necessárias para consolidar e manter esse ímpeto de crescimento. É encorajador observar que parte do crescimento teve como base a aplicação eficaz de políticas e planos sólidos no sector industrial por vários países africanos, reavivando assim o tão saudado interesse de todo o continente na industrialização, como chave para a manutenção e promoção do crescimento, entre outras vantagens.
3. Reconhecemos igualmente que, apesar da taxa de crescimento médio de 5 por cento alcançado na última década, os nossos países tiveram algumas dificuldades em tornar o crescimento totalmente inclusivo e em obter o máximo de ganhos de produtividade. Como resultado, a produtividade total dos factores

tem sido fraca, o desemprego, particularmente entre os jovens, continua a assumir proporções catastróficas, e as desigualdades estão a piorar. A pobreza continua a ser uma persistente preocupação e uma fonte de contínua inquietação para nós.

4. Reconhecemos a necessidade imperiosa de superação das diversas insuficiências da nossa actual experiência de crescimento, pela adopção de medidas imediatas e apropriadas para promover o desenvolvimento inclusivo e equitativo que irá impulsionar África rumo à transformação estrutural. Para este fim, dar resposta à contínua dependência exagerada do continente na exploração de matérias-primas, que limitou a agregação de valor e as ligações económicas locais, é de importância fundamental. A urgência de fazê-lo é sublinhada pelo facto de a actual trajectória de crescimento ter dado provas de poder gerar empregos num ritmo suficiente para dar emprego produtivo e remunerado às pessoas, em grande escala.

5. Saudamos os esforços que já foram envidados pelos governos africanos para aumentar o processamento interno de matérias-primas agrícolas e minerais, promover as ligações a montante e a jusante, fomentar as cadeias de valor regionais e nacionais, revigorar as actividades da indústria transformadora a nível local, melhorar o ambiente político para incentivar os investimentos nacionais e estrangeiros no sector da indústria transformadora e promover a competitividade das economias nacionais. Ao encorajar maior celeridade desses esforços, constatamos com satisfação que as várias estratégias e estruturas abrangentes de desenvolvimento industrial que os governos lançaram no ano passado pressupõem um compromisso comum para assegurar que o sector industrial serve como um impulsionador essencial da agenda de transformação nacional e continental.

6. Enaltecemos a sabedoria dos nossos líderes na proposta da Agenda 2063 para orientar a transformação continental para os próximos 50 anos e atingir uma mudança de paradigma longe das abordagens e cenários de curto prazo. Louvamos a forte ênfase no processo de elaboração da Agenda 2063 colocada no importante papel que a industrialização deve desempenhar para garantir que o nosso continente seja capaz de atingir as suas aspirações para uma transformação estrutural que aumente as nossas economias, capacite os nossos cidadãos e faça avançar a integração africana.

7. Comprometemo-nos a trabalhar em estreita colaboração com os nossos homólogos responsáveis pelas políticas industriais e outros ministérios relevantes nos nossos países, a fim de definir uma abordagem integrada dentro do sistema governamental e dar resposta aos vários constrangimentos que subsistem nos nossos esforços para explorar todo o potencial de África como principal pólo industrial. Para tal, fazerem face ao problema de garantia de financiamento a longo prazo para investir no sector da indústria transformadora, nomeadamente mediante o revigoramento do desenvolvimento bancário e o

reenquadramento dos mercados financeiros, por forma a torná-los mais favoráveis aos esforços de industrialização de África. Incentivaremos igualmente a entrada de investimentos directos estrangeiros de qualidade, que contribui para a expansão da produção interna, a diversificação das exportações, a transferência de tecnologias, a actualização de conhecimentos locais, o desenvolvimento da inovação local e o aprofundamento das ligações económicas.

8. Continuaremos a trabalhar para manter um ambiente favorável de política macroeconómica que irá ajudar a promover o sector industrial. Faremos a nossa parte no sentido de garantir que as políticas em matéria de comércio e facilitação do comércio, investimento, energia, desenvolvimento de infra-estruturas, logística e gestão da cadeia de abastecimento, ciência, tecnologia, educação e indústria estejam mais estreitamente alinhados. Forneceremos igualmente incentivos que irão assegurar que os investimentos industriais sirvam os objectivos de políticas sociais e as aspirações dos nossos países, incluindo a capacitação da mulher. Nesse sentido, saudamos a nova iniciativa de todo o continente sobre a igualdade do género e capacitação da mulher e incentivamos a Comissão Económica para África e a Comissão da União Africana a acelerar a sua implementação efectiva. Todas essas medidas irão garantir melhores resultados a medida que avançamos em direcção ao objectivo de uma transformação estrutural inclusiva.

9. Exortamos igualmente que seja dada maior atenção à expansão e ao fortalecimento do empreendedorismo local, eliminando os vários obstáculos estruturais para dar resposta aos défices infra-estruturais em África e acelerar os esforços que têm sido envidados até à data com vista a acabar com as práticas que aumentam os custos de transacção em detrimento do desenvolvimento industrial. Em particular, apelamos aos sectores relevantes dos nossos governos para que incentivem o desenvolvimento do empreendedorismo feminino, como uma estratégia credível para crescimento inclusivo. Dentro do mesmo espírito, apelamos para um melhor aproveitamento das oportunidades para o empreendedorismo juvenil, no âmbito de uma estratégia deliberada para assegurar que a “população jovem” de África resulte em dividendo demográfico.

10. Acreditamos na necessidade urgente para a criação de emprego tendo em vista o crescimento da força laboral, em particular para os jovens e outros grupos vulneráveis. Lamentamos que uma parte significativa da força laboral ocupa empregos precários, que geralmente caracterizam-se pela fraca produtividade, sobretudo nos sectores informais e tradicionais da economia. Com vista ao aumento do emprego, comprometemo-nos a trabalhar com os nossos interlocutores a nível nacional, regional e continental tendo em vista envidar esforços necessários para elevar a taxa de produtividade e crescimento dos sectores de serviços agrícolas, indústria transformadora e serviços modernos em apoio aos resultados que advêm do processo de transformação.

11. Somos incentivados pelo facto de a força laboral de África estar a aderir cada vez mais a formação académica e os serviços de saúde e, deste modo, ser produtiva, dadas as devidas acções e políticas governamentais. Deste modo, para acelerar o crescimento das oportunidades de emprego, grandes sectores com elevada elasticidade de emprego devem servir de principal veículo de crescimento. As iniciativas e as políticas que apoiam as universidades públicas na aproximação de disciplinas baseadas na ciência, tecnologia e inovação são cruciais para um mercado de trabalho flexível e dinâmico. Políticas e incentivos para programas de estágio bem concebidos podem impulsionar as habilidades e competências e aumentar as chances dos jovens encontrarem empregos decentes. Dada a importância do sector informal, os sistemas e cursos de desenvolvimento das capacidades técnicas e vocacionais devem assumir as necessidades específicas do respectivo sector.

12. Apelamos à Comissão da União Africana, à Comissão Económica para África e ao Banco Africano de Desenvolvimento para que trabalhem em estreita colaboração por forma a garantir uma melhor interface entre o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África, a Visão Mineira Africana, o Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África, o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, o Quadro de Política Social para África, a Zona de Comércio Livre Continental, a Promoção do Comércio Intra-africano e outras normas, quadros e estratégias afins da política continental, para garantir que estes se complementem e reforcem entre si, tendo em vista o objectivo comum de transformação continental inclusiva. O financiamento dessas iniciativas irá requerer o aproveitamento criativo dos nossos próprios recursos como base para uma maior apropriação da nossa agenda de desenvolvimento.

13. Sublinhamos a urgência da conjugação de esforços a nível nacional, regional e continental para dar resposta a todos os aspectos de défice infra-estrutural em África para que seja possível reforçar a viabilidade e a competitividade das empresas industriais locais, que são essenciais para a construção de economias modernas e dinâmicas. Saudamos igualmente o Fundo África 50 proposto como uma solução de financiamento inovador adicional, concebido para acelerar a expansão do estoque de infra-estrutura do continente.

14. Felicitamos as iniciativas em curso para identificar e promover pólos de crescimento industrial que servem os mercados nacionais, regionais, continentais e globais. Exortamos para que sejam envidados todos os esforços para garantir que estes pólos não se tornem, em última instância, enclaves. Em vez disso, devem ser interligados e integrados ao resto das nossas economias, mediante as várias ligações e cadeias de valor que podem garantir a base para a criação de emprego e a dinâmica de desenvolvimento de infra-estruturas. Encorajamos igualmente a harmonização dos pólos de crescimento do

continente e as estratégias de corredor industrial com a agenda de integração regional, baseada em vantagens comparativas e na especialização.

15. Reafirmamos que a meta para tornar o crescimento inclusivo e sustentável requer uma clara visão, forte liderança, estratégias coerentes e quadros de planificação a longo prazo. Preconiza igualmente a criação de instituições suficientemente sólidas e estruturas de boa governação, com vista a otimizar a interacção entre os actores estatais não-estatais, sobretudo o sector privado.

16. Reconhecemos que a procura da transformação estrutural de África requer uma reflexão abrangente na concepção e gestão de políticas industriais baseadas numa clara divisão de trabalho entre as agências relevantes num quadro político integrado e plano de acção global que abrangem etapas e objectivos. Preconiza igualmente uma maior compreensão das oportunidades para a criação de empresas competitivas, promoção de líderes nacionais, reforço das cadeias de valor nacionais, regionais e ligações económicas, aproveitamento das oportunidades de crescimento oferecidos por mercados nacionais e regionais. Além disso, apoiamos o ressurgimento de interesse na exploração das oportunidades tendo em vista aprofundar a cooperação Sul-Sul por causa dos benefícios que África pode obter do processo de transformação industrial.

17. Salientamos ainda a necessidade de criação de coligações políticas, incluindo o papel da coordenação intersectorial e eficácia normativa para assegurar a consistência política, coerência e continuidade em prol da industrialização. Além disso, o diálogo e a parceria público-privada efectiva serão essenciais na orientação de políticas industriais. Enquanto o sector privado precisa de apoio do governo para ratificar as falhas do mercado, bem como acolher importantes bens, tais como infra-estruturas, certificação e direitos de propriedade, os governos precisam de informações sobre as oportunidades e as dificuldades enfrentadas pelo sector privado tendo em vista conceber acções de políticas para fazer face a essas ineficiências.

18. Reconhecemos que a aceleração do crescimento dependerá da facilitação de capacidade dos sectores público e privado para criar, explorar e renovar as capacidades industriais e aproveitar a vantagem das complementaridades entre os sectores e as indústrias, cadeias de valores emergentes e melhoria de produtos, processos e funções.

19. Reconhecemos a centralidade de instituições sólidas e autónomas no apoio de estratégias de desenvolvimento industrial, monitorização efectiva e acompanhamento dos progressos de África na consecução de transformação estrutural.

20. Lamentamos a situação infeliz do continente perder EU\$ 50 mil milhões por ano em fluxos financeiros ilícitos. Esses fluxos relacionam-se principalmente a transacções comerciais, invasão fiscal, actividades criminais (branqueamento de capitais, tráfico de drogas, armas e seres humanos) suborno, corrupção e abuso de poder. Os países ricos em recursos naturais e aqueles que apresentam uma arquitectura institucional inadequada ou inexistente têm maior risco de serem vítimas de fluxos financeiros ilícitos. Esses fluxos ilícitos têm um impacto negativo nos esforços de desenvolvimento de África: as consequências mais graves são a perda de capital de investimento e de receitas que poderiam ser utilizadas para financiar os programas de desenvolvimento, o enfraquecimento das instituições do Estado e um enfraquecimento do Estado de Direito.

21. Comprometemo-nos a tomar medidas necessárias de forma coordenada a nível nacional, regional e continental, tendo em vista reforçar os instrumentos e as instituições de governação económica, sobretudo na administração fiscal, negociação de contratos e nos elos financeiros relacionados ao comércio. Além disso, colaboraremos com a comunidade internacional, no contexto dos debates em cursos, na reforma governativa económica global tendo em vista identificar preocupações relativas à transferência ilícita, incluindo a questão de paraísos fiscais.

22. Enaltecemos a adopção da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e saudamos o objectivo global da mesma que consiste em colocar os objectivos de transformação estrutural de África no centro da Agenda de Desenvolvimento Global Pós-2015. Exortamos firmemente a comunidade internacional, incluindo todos os nossos parceiros de desenvolvimento, a aderir a Posição Comum Africana na formulação da Agenda Global.

23. Saudamos os Governadores dos Bancos Centrais de África, que realizaram recentemente a sua primeira reunião do grupo, pela inclusão no seu mandato de uma agenda sobre a transformação estrutural de África.

24. Comprometemo-nos a prosseguir e implementar de forma vigorosa as recomendações de políticas emanadas das nossas deliberações e harmonizá-las às nossas estratégias nacionais de desenvolvimento industrial para assegurar a consecução de resultados concretos. Pretendemos utilizar os resultados como uma base de aprendizagem entre pares e partilha de experiências nas reuniões anuais conjuntas. Para o efeito, exortamos a Comissão da União Africana e a Comissão Económica para África a facilitar o processo para tornar as nossas reuniões mais orientadas para a acção e assentes na pesquisa com base em evidências. Por conseguinte, mandatamos as comissões a produzir a documentação necessária com base em dados estatísticos e análises consistentes.

25. Sem deixar de salientar o facto de África poder vir a ser arquitecto e autor da sua agenda de transformação estrutural, reconhecemos e apreciamos o papel que as parcerias internacionais, com uma correspondência adequada entre si, podem e devem desempenhar no apoio dos nossos esforços. Deste modo, saudamos a realização da reunião dos Mecanismos de Coordenação Regional da Organização das Nações Unidas de 2014 em paralelo com a nossa reunião anual conjunta, como sendo uma oportunidade para promover o diálogo e criar maiores sinergias para que haja um impacto máximo e de desenvolvimento.

26. Manifestamos o nosso agrado ao Governo e ao povo da Nigéria pela calorosa hospitalidade proporcionada a todos nós durante a realização da sétima reunião anual conjunta. Felicitamos igualmente a Comissão da União Africana e a Comissão Económica para África pelos esforços envidados com vista a assegurar reuniões frutuosas e coroadas de êxito.

2014

Report of the seventh joint annual meetings of AU conference of ministers of economy and Finance And ECA conference of African ministers of finance, planning and economic development, Abuja, Nigeria, 27 – 30 March 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4220>

Downloaded from African Union Common Repository